

**MÁRCIA WALQUÍRIA BATISTA DOS SANTOS**

(Professora da Fundação Álvares Penteado; Procuradora Jurídica da USP; Presidente de Honra do Instituto Internacional de Direito Administrativo Econômico)

**JOÃO EDUARDO LOPES QUEIROZ**

(Professor de Direito do Agronegócio, Agrário e Ambiental na Faculdade de Administração em Agronegócio do CESG, Presidente do Instituto Internacional de Direito Administrativo econômico, Diretor do Centro de Ensino Superior de São Gotardo)

**(Coordenadores)**

**Direito do Agronegócio**

Belo Horizonte

Editora Fórum  
2005

**347.243(81)  
D598ag**



<http://bdjur.stj.gov.br>

## Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direito do agronegócio. / Márcia Walquíria Batista dos Santos e João Eduardo Lopes Queiroz (Coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2005.

704 p.

ISBN: 85:89148-87-4.

Direito do agronegócio. 2. Agribusiness, Brasil. 3. Indústria agrícola Brasil. 4. Agricultura, exportação, Brasil. 5. Agricultura, mercado internacional. 6. Produção agrícola, comércio, Brasil. I. Márcia Walquíria Batista dos Santos (Coord.). II. João Eduardo Lopes Queiroz (Coord.).

CDD: 342.1247      CDU: 347.243(81)

**347.243(81)**  
**D598ag**



<http://bdjur.stj.gov.br>

## Sumário

Prefácio

Mário Otávio Batalha 19

### PARTE I Introdução ao Direito do Agronegócio

Direito do Agronegócio: é Possível a sua Existência Autônoma?

João Eduardo Lopes Queiroz 25

1 O agronegócio e o Direito: simbiose necessária 25

1.1 Conceito de agronegócio e conceito de Direito do Agronegócio 26

1.1.1 Agronegócio na visão de Davis e Goldberg 26

1.1.2 O Direito do Agronegócio 27

1.2 Análise de algumas questões jurídicas atinentes ao agronegócio 30

1.2.1 Os estímulos positivos e a intervenção do Estado na agricultura 30

1.2.2 Natureza jurídica dos condomínios de agronegócio 35

1.2.3 O licenciamento ambiental da atividade agropecuária e o crédito rural 37

1.2.3.1 O licenciamento ambiental, como um processo administrativo 37

1.2.3.2 O licenciamento ambiental da atividade rural 40

1.2.3.2.1 Licenciamento ambiental: noções gerais 40

1.2.3.2.2 Modalidades de licenciamento ambiental 43

1.2.3.2.3 Licenciamento: ato administrativo vinculado 44

1.2.3.3 Licenciamento e o crédito rural 45

1.2.3.4 Conclusão 47

1.2.4 Regime jurídico das irrigações 47

1.2.4.1 Aspectos introdutórios 47

1.2.4.2 Contornos jurídicos 48

1.2.4.3 Política nacional de irrigação 51

1.2.4.4 O uso desregrado da água e a irrigação 54

1.3 Conclusão 55

### PARTE II

Intervenção do Estado na Economia: a Questão Agrícola

A Intervenção do Estado no Domínio Econômico

André Ramos Tavares 59

1 Fundamentos para a intervenção 59

2 Conceito de intervenção 62

3 Regime administrativo da intervenção 64

4 Modos de intervenção 65

4.1 A regulação 66

4.2 A regulamentação 67

**347.243(81)**

**D598ag**



4.3 A monopolista	68
4.4 O poder de polícia	69
4.5 A intervenção através de incentivos à iniciativa privada	73
4.6 A intervenção concorrencial: abuso do poder econômico	75
4.7 Atuação empresarial	77
4.8 Atuação fiscalizadora	78
4.9 Atuação financeira	79
4.10 Atuação sobre a localização da atividade econômica	79
4.11 A intervenção empresarial do Estado	80
4.12 A intervenção no processo de produção	81
4.13 A intervenção na fase de distribuição	81
4.14 A atuação reservada ao setor público: serviços públicos	81
5 Meios de intervenção	87
5.1 Intervenção direta	89
5.2 Intervenção indireta	91
Bibliografia	94

Políticas Agrícolas: Principais Instrumentos Governamentais para Fomento das Atividades Agrícolas (A Intervenção do Estado na Agricultura)

Alexandre Bottino Bononi	97
1 Introdução	97
1.1 Delimitando o tema estudado	99
2 Evolução histórica do conceito de Estado	100
2.1 O Estado liberal	100
2.2 O Estado Social de Direito	101
2.3 Os problemas surgidos da ampliação da esfera de atuação do Estado	103
3 A ordem econômica na Constituição Federal de 1988	104
3.1 O princípio da soberania	105
3.2 A liberdade de iniciativa econômica e a livre concorrência	106
3.3 A função social da propriedade	106
3.4 Os demais princípios da ordem econômica constitucional	107
4 Da necessidade de intervenção do Estado para o fomento das atividades agrícolas	108
4.1 Características do mercado	108
4.2 Sazonalidade e dependência de fatores climáticos	109
4.3 As melhorias técnicas	110
4.4 Necessidades para o desenvolvimento do setor	110
5 Os instrumentos de intervenção do Estado no mercado de produtos agrícolas	110
5.1 Das políticas macroeconômicas	111

**347.243(81)**

**D598ag**



5.1.1 Políticas monetária e fiscal	111
5.1.2 Política cambial	112
5.2 Políticas agrícolas	113
5.2.1 Preços administrados	113
5.2.2 Monopólio estatal de comercialização	114
5.2.3 Políticas tributárias e alfandegárias	114
5.2.4 Fitossanitárias	114
5.2.5 Fixação de preços mínimos	115
5.2.6 Manutenção de estoques governamentais	115
5.2.7 Subsídios	116
5.2.8 Investimento governamental nas atividades de desenvolvimento de tecnologias para agricultura e criação de projetos de implantação de novas tecnologias	116
6 Evolução das políticas agrícolas brasileiras	
6.1 A economia cafeeira	116
6.2 O açúcar	119
6.3 O trigo	120
6.4 Conclusão	121
7 Aspectos marcantes das políticas agrícolas	121
7.1 A era de ouro da agricultura brasileira	121
7.2 A década de 1980 e a reorientação da política do setor	122
7.3 A década de 1990 e a crise institucional	123
7.4 As políticas agrícolas brasileiras atuais	123
7.4.1 Crédito para investimentos	123
7.4.2 Crédito para custeio da produção	124
7.4.3 Crédito de comercialização	124
7.4.3.1 Empréstimo do governo federal - EGF	124
7.4.3.2 Nota promissória rural	124
7.4.3.3 Linha especial de comercialização	125
7.4.4 Instrumentos de apoio à comercialização	125
7.4.4.1 Preços mínimos de garantia	125
7.4.4.2 Aquisições do governo federal	126
7.4.4.3 Prêmio para escoamento de produto – PEP	126
7.4.4.4 Contrato de opção de venda de produtos agrícolas	126
7.4.4.5 Cédula do produtor rural	127
7.4.5 Seguro agrícola	128
7.5 Considerações sobre as políticas agrícolas atuais	128
8 Conclusão	128
Bibliografia	129

Crédito Rural

Lutero de Paiva Pereira

131

**347.243(81)**

**D598ag**



1 A função social do crédito rural	131
2 A função privada do crédito rural	133
3 Do trato jurisprudencial dispensado ao crédito rural	135
4 A natureza jurídica do crédito rural	136
4.1 O crédito rural não é uma operação de mercado financeiro	136
4.1.1 Legislação especial	137
4.1.2 Recursos do crédito rural	137
4.1.3 O fortalecimento econômico do produtor rural	138
4.1.4 A disciplina dos juros	138
4.1.5 A destinação do crédito	139
4.1.6 A conceituação da cártula rural	139
4.1.7 O mutuante rural	140
4.1.8 Finalidade privada	140
4.1.9 Aplicação compulsória de recursos	140
4.1.10 Outros pontos	141
5 Da mora no crédito rural	142
5.1 Do questionamento da mora debitoris	143
5.2 Modificação do cronograma de pagamento, ditada pelo Manual de Crédito Rural - MCR	149
5.2.1 Dificuldade de comercialização dos produtos	150
5.2.2 Frustração de safra	155
5.2.3 Eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações	156
5.3 A cláusula de vencimento extraordinário em face da Lei n° 8.078/90	157
5.4 Abrangência destes preceitos	158
5.5 A cooperativa repassadora e a mora	159
 Barreiras não Tarifárias ao Comércio Internacional: um Panorama Orlando Celso da Silva Neto	 161
1 introdução ao tema e sua problemática	161
2 Tipos de barreira não tarifária	164
2.1 Barreiras sanitárias e fitossanitárias	165
2.2 Barreiras técnicas ao comércio – BTG	172
2.3 Licenciamento de importações	174
2.4 Medidas de proteção ao meio-ambiente ou à vida humana/animal/vegetal	176
3 Nota final	178
Bibliografia	180
 Protecionismo Agrícola e Sistema Multilateral do Comércio Welber Barrai	 183

**347.243(81)**  
**D598ag**



1 Introdução	183
2 Protecionismo e comércio internacional	184
3 Protecionismo nos mercados agrícolas	192
4 A regulamentação do comércio agrícola no sistema multilateral	193
5 Perspectivas para o protecionismo agrícola	197
Referências	198

### PARTE III

#### Aspectos Jurídicos e Econômicos do Comércio é Empresas Agrícolas O Novo Código Civil e as Sociedades Limitadas de Agronegócios: os Problemas Jurídicos Recorrentes

<i>José Eduardo de Alvarenga</i>	201
1 Introdução	201
2 Novo, moderno, inteligente?	204
3 Empresa rural: agronegócios	205
4 Constituição da limitada	210
5 Sociedade de marido e mulher	211
6 Responsabilidade dos sócios	212
7 Denominação da sociedade	212
8 Cessão de quotas	213
9 Retirada de sócios	213
10 Dissolução da sociedade	215
11 Reunião de sócios	216
12 Deliberação dos sócios	217
13 Administração	218
14 Conselho fiscal	219
15 Averbações obrigatórias	220
16 Publicações obrigatórias	221
17 Conclusões	221
Referências	222

#### Agricultura Familiar e Associativismo: o Caso dos Condomínios No Estado de Santa Catarina

<i>Flávio Sacco dos Anjos, Eduardo Moyano Estrada, Nádia Velleda Caldas</i>	225
1 Introdução	225
2 Uma aproximação à modernização da agricultura brasileira	227
3 O cooperativismo agrário no Brasil	229
4 Gênese e desenvolvimento do cooperativismo agrário brasileiro	229
5 O cooperativismo no marco da transição democrática	232

**347.243(81)**  
**D598ag**



6 A agricultura familiar como base dos condomínios	233
7 A importância da agricultura familiar	235
8 Gênese e desenvolvimento dos condomínios agrários	236
9 A integração vertical no setor suinícola catarinense	236
10 O contexto da gênese dos condomínios	238
11 A natureza, estrutura organizacional e funcionamento dos condomínios agrários	238
12 Os condomínios e seus efeitos sobre a suinocultura catarinense	241
13 A expansão do modelo dos condomínios	243
14 Os condomínios como expressão da hipótese chayanoviana	244
15 Conclusões	247
Bibliografia	248

#### Cooperativismo e Agronegócio

<i>Alan Kardec Veloso de Matos</i>	251
1 O que é uma cooperativa?	251
2 Princípios doutrinários do cooperativismo	252
3 A empresa cooperativista	254
4 Classificação das sociedades cooperativas	256
4.1 Classificação	257
4.1.1 Cooperativas de consumo	257
4.1.2 Cooperativas de produção	257
4.1.3 Cooperativas de crédito	258
5 Representatividade	258
6 Aspectos jurídicos	258
7 Gestão da empresa cooperativa no agronegócio	260
7.1 Conceitos	262
7.2 Problemas de desempenho	262
7.3 Gerenciamento da empresa cooperativa – eficiência	263
7.4 Dificuldades de gerenciamento	263
7.5 Sugestões para o moderno gerenciamento do empreendimento cooperativo	263
7.6 Tendências de gestão	265
7.7 Estratégias	265
7.8 O caso da Cooperativa Central da Holanda	265
7.9 A nova geração de cooperativas	265
Bibliografia	266

#### As Bolsas de Mercadorias e Futuros

<i>Alan Kardec Veloso de Matos, José Eduardo de Alvarenga</i>	267
Introdução	267

**347.243(81)**  
**D598ag**



1 Referencial teórico	269
2 Aspectos históricos	272
3 O perfil dos contratos negociados em bolsas de mercadorias	274
3.1 Tipos de contratos	274
3.2 Contratos futuros	274
3.2.1 Padronização	274
3.2.2 Ponto de entrega	275
3.2.3 Registro e informação	275
3.2.4 Sigilo e garantias	275
4 Requisitos para lançamento de contrato	276
5 Negócios atuais, liquidez e agronegócio	277
6 Modalidades de contratos	278
6.1 Contrato a termo	278
6.2 Contratos de opções	278
7 Terminologia corrente	279
7.1 Mercado futuro	279
7.2 Opções sobre disponível	279
7.3 Opções sobre futuro	279
7.4 Termo	280
7.5 Disponível (à vista ou spot)	280
8 Mercado futuro como forma de gerenciamento dos riscos de preços	280
9 Aspectos jurídicos	282
10 As bolsas e o agronegócio	284
Referências	285

## Inconstitucionalidade na Vedação de Publicidade de Produtos

### Derivados de Tabaco

*Marcos Juruena Villela Souto*

	287
1 O marco regulatório da publicidade de tabaco e seus derivados	288
2 A política pública em matéria de publicidade	289
3 Princípio da livre iniciativa e forma de colocação dos produtos no mercado	292
4 Princípio da livre concorrência e a forma de apresentação dos produtos	294
5 Princípio da liberdade de expressão e as restrições admissíveis	295
6 O princípio da liberdade de comunicação e as restrições constitucionalmente admitidas	297
7 Princípio da proporcionalidade	299
8 A compreensão do princípio da legalidade em matéria restritiva de direitos	304

**347.243(81)**

**D598ag**



## PARTE IV Questões Trabalhistas e o Agronegócio

Relações de Trabalho Rural	
<i>Sebastião Saulo Valeriano</i>	309
Introdução	309
1 Relação individual de trabalho rural	310
1.1 O empregado rural	310
1.2 O empregador rural	311
1.3 Elementos específicos da relação de trabalho rural	312
1.3.1 Trabalho em propriedade rural ou prédio rústico	312
1.3.2 Prestação de serviços a empregador rural	313
2 O consórcio de empregadores rurais	313
2.1 A indústria rural	315
2.2 O empregador rural por equiparação	317
3 Solidariedade de empregadores rurais	317
3.1 Solidariedade no arrendamento e na parceria	318
4 Sucessão de empregadores rurais	318
5 Relações peculiares de trabalho rural	320
5.1 O trabalho autônomo	320
5.2 Contrato de empreitada	320
5.3 Parceria	321
5.4 Trabalho eventual	322
5.5 Trabalho temporário	322
5.6 Trabalhos amistosos e de boa vizinhança	323
5.7 O agregado	323
5.8 O caseiro	324
5.9 Aprendizagem rural	324
5.10 Estagiários rurais	324
5.11 Trabalho doméstico	324
5.12 Cooperativas de trabalho	326
6 Os direitos trabalhistas	326
6.1 Descanso entre jornada	326
6.2 Serviços intermitentes	326
6.3 Horário noturno	327
6.3.1 Remuneração do trabalho noturno	327
6.4 Descontos	317
6.5 Plantações intercalares ou subsidiárias	328
6.6 Segurança e medicina do trabalho	328
6.7 Contrato de safra	328
6.8 Aviso prévio	328
6.9 Escola primária	328
7 Relações coletivas de trabalho rural	329

**347.243(81)**  
**D598ag**



Bibliografia	331
--------------	-----

## As Cooperativas de Trabalho Rural

*Iara Marthos Águila*

### Introdução

1 Globalização	334
2 Flexibilização	336
3 Terceirização	337
4 Cooperativas	339
4.1 Legislação aplicável	339
4.2 Conceito legal	340
4.3 Principais características	341
4.4 Natureza jurídica	342
4.5 Objetivo	342
5 Cooperativas de trabalho rural	343
6 Requisitos para o vínculo empregatício	344
7 Posicionamento do judiciário sobre a matéria	346
7.1 A CLT e o trabalhador rural	346
7.2 Fraude	349
7.3 Terceirização através de cooperativas de mão-de-obra	352
7.4 Julgados dos tribunais trabalhistas	353
8 Consórcio de produtores rurais	355
Conclusão	357
Referências	357

## Formação e Gestão de Consórcio de Empregadores Rurais

*Mozar José de Brito, Maria Cristina Godinho Lopes Ferreira*

### Introdução

1 Consórcio de empregadores rurais: definição	360
2 Direitos dos trabalhadores contratados pelo consórcio	361
3 Negociação e formação do consórcio de empregadores: passo a passo	362
4 Planejamento e gestão da força de trabalho do consórcio	364
5 Aspectos previdenciários do consórcio de empregadores rurais	365
6 Enquadramento fiscal do consórcio	367
Bibliografia	367

## PARTE V

Agronegócio, Meio Ambiente e Saúde Alimentar: Aspectos  
Jurídicos e Econômicos

Agrotóxicos, Meio Ambiente e Saúde: Aspectos Técnicos,

**347.243(81)**

**D598ag**



Legais e Institucionais	
<i>José Prado Alves Filho</i>	371
1 Introdução	371
2 Agricultura e ecodesenvolvimento	375
3 Gestão ambiental e instituições	376
4 Os agrotóxicos e a construção institucional em torno dos riscos	378
Referências	392
Resíduos de Embalagens de Agrotóxicos: Gerenciamento e Responsabilidades	
<i>Carlos Roberto Vieira da Silva Filho</i>	395
I Introdução	395
II Embalagens de agrotóxicos	398
III Aspectos ambientais	399
IV Responsabilidades no gerenciamento de embalagens de Agrotóxicos	400
V Responsabilidades ambientais na geração de resíduos sólidos:	402
VI Responsabilidades por danos causados por resíduos sólidos	403
VII Conclusão: a responsabilidade de cada um	408
Referências	410
Estudo sobre a Segurança Alimentar com base na Cidadania	
<i>Darcy Zibetti</i>	411
1 Cidadania	412
2 O conceito de segurança alimentar	413
3 Direito Agrário	413
4 Capacidade de uso do solo	413
5 Zoneamento agrícola e ecológico	414
6 Importância da agricultura	415
7 O agribusiness	415
8 Cidadania e segurança alimentar	416
9 Proposta para o Brasil	418
10 Gráficos demonstrativos da estrutura fundiária	418
11 Reforma agrária: questão alimentar e de cidadania	421
12 Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF	422
13 Seguro da produção agrícola e cidadania	422
14 Reposição florestal	424
15 Agroecologia e questão alimentar	425
16 Produtos transgênicos	425

**347.243(81)**  
**D598ag**



17 Plantas psicotrópicas	426
18 Controle familiar e a questão alimentar	426
19 Globalização da economia	427
20 Guerra à fome e inclusão cidadã	428
21 Conclusões	429
Referências	430
Licenciamento Ambiental	
<i>Márcia Walquiria Batista dos Santos</i>	433
1 Introdução	433
2 Conceito	434
3 Competência para o licenciamento	436
4 Princípios aplicados ao licenciamento	436
5 O processo de obtenção do licenciamento	437
6 Estudo de Impacto Ambiental – EIA	439
7 Relatório de Impacto Ambiental - RIMA	440
8 Legislação ambiental	440
9 Prazo de validade das licenças	441
10 Responsabilidade da administração por danos ambientais	442
11 Conclusão	442
O Futuro do Agronegócio Brasileiro sob uma Perspectiva Hídrico-Jurídica	
<i>Silviana Lúcia Henkes</i>	445
1 Introdução	445
2 Da problemática hídrica	446
3 Da hidropolítica	454
4 Aspectos jurídicos e institucionais da gestão dos recursos hídricos no Brasil	455
4.1 Do surgimento das normas hídricas	455
4.2 Dos fundamentos da política nacional de recursos hídricos	457
4.3 Objetivos e diretrizes da PNRH	462
4.4 Instrumentos da PNRH	463
4.5 Infrações e penalidades da PNRH	474
5 Considerações finais	475
Referências	477
PARTE VI	
Reforma Agrária e Direito de Propriedade	
Direito Agrário e Reforma Agrária	
<i>Edna Cardozo Dias</i>	483
1 Introdução	483

**347.243(81)**  
**D598ag**



2 Movimentos sociais agrários	486
2.1 Farroupilha	480
2.2 Sabinada	486
2.3 Balaiada	487
2.4 Cabanagem	487
2.5 Canudos	487
Século XX	488
4 O Direito Agrário	491
4.1 Reforma agrária	491
4.2 O Estatuto da Terra	491
5 Constituição de 1988 e a função social da propriedade rural	492
6 Função social da propriedade no Código Civil	493
7 Regulamentação da política agrária	494
8 Medidas para se obter terra para assentamento	495
8.1 Desapropriação	496
8.2 Limites para a desapropriação	497
9 Cadastro e tributação do imóvel rural	498
10 Zoneamento para fins de reforma agrária	499
11 Reforma agrária e meio ambiente	499
12 Contrato agrário	500
12.1 Função social do contrato segundo o Código Civil	501
13 Questão penal agrária	501
13.1 Violência no campo e trabalho escravo	501
14 Conclusão	501
Referências	503
Bibliografia	503

#### Ocupação Coletiva em Imóvel Rural que não Cumpre sua Função Social

<i>Fernando A. N. Galvão da Rocha</i>	505
1 Introdução	505
2 Visão positivista da questão	507
3 Visão sistêmica	508
4 Licitude das ocupações	511
5 Atipicidade penal	515
6 Intervenção do Ministério Público nos conflitos pela posse da terra	517
7 Conclusões	517
Referências	520

#### Desapropriação, Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente

<i>Antônio Herman V. Benjamin</i>	523
-----------------------------------	-----

**347.243(81)**  
**D598ag**



1 A ordem jurídica ambiental	523
2 O Código Florestal atual	524
3 Fundamentos da proteção jurídica das florestas	525
4 O direito de propriedade é reconhecido constitucionalmente, mas seu conteúdo final é determinado pela legislação ordinária	526
5 Os limites do direito de propriedade	527
5.1 Os limites internos	527
5.2 Os limites externos	529
6 A função social da propriedade está na base da proteção do meio ambiente	529
7 Importância da função social da propriedade na proteção do meio ambiente	530
8 A regra geral: a obrigação de resguardar o meio ambiente não infringe o direito de propriedade, não ensejando desapropriação	531
9 Desapropriação indireta, áreas de preservação permanente e reserva legal considerações gerais	532
10 As áreas de preservação permanente e reserva legal	534
10.1 As áreas de preservação permanente	534
10.2 A reserva florestal legal	535
11A Inindenizabilidade das APPs e da reserva florestal legal	536
12 Conclusão	538

## PARTE VII Licitações e Agronegócio

### Licitações e Agronegócio

*João Eduardo Lopes Queiroz*

1 Introdução	541
2 Contornos jurídicos da licitação	542
2.1 Fundamentos constitucionais da licitação	542
2.2 Conceitos	544
2.3 A Lei nº 8.666 de 1993 (Lei de Licitações) — normas gerais sobre licitação	545
2.4 Princípios gerais da licitação	547
2.4.1 Legalidade	548
2.4.2 Impessoalidade	548
2.4.3 Moralidade	549
2.4.4 Publicidade	549
2.4.5 Eficiência	551
2.4.6 Princípio da isonomia ou da igualdade formal	551
2.4.7 Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	552
2.4.8 Princípio da probidade administrativa	552
2.4.9 Princípio do julgamento objetivo	552
2.4.10 Princípio do sigilo das propostas	553

**347.243(81)**

**D598ag**



2.4.11 Princípio do procedimento formal	553
2.4.12 Princípio da adjudicação compulsória	553
2.4.13 Princípio da competição ou da competitividade	554
2.4.14 Princípio da ampla fiscalização da licitação	554
2.5 Inexigibilidade e dispensa da licitação	554
2.5.1 Casos de inexigibilidade de licitação e importância para o agronegócio	555
2.5.2 Dispensa de licitação — relevância para contratação de alimentos	559
2.5.3 Justificação da contratação direta	566
2.6 Modalidades de licitação	566
2.6.1 Concorrência — art. 22, §1º	567
2.6.2 Tomada de Preços — art. 22, §2º	567
2.6.3 Convite —art. 22, §3º	568
2.6.4 Concurso — art. 22, §4º	570
2.6.5 Leilão — art. 22, §5º	570
2.6.6 Pregão — Lei nº 10.520/02	570
2.7 Tipos de licitação	572
2.7.1 Menor preço	573
2.7.2 Melhor técnica	573
2.7.3 Técnica e preço	573
2.7.4 Maior lance ou oferta	574
3 Procedimento licitatório e suas fases: roteiro prático para licitar	574
3.1 Introdução	574
3.2 Fases da licitação	575
3.2.1 Doutrina clássica: três fases	575
3.2.2 Doutrina contemporânea: duas fases	576
3.2.2.1 Fase interna	576
3.2.2.2 Fase externa	582
4 Licitações e cooperativas agrícolas: possibilidade de participação em licitações	595
5 Conclusão	603
A Participação de Cooperativas em Licitações	
<i>Samuel Mota de Souza Reis</i>	605
1 Introdução	605
2 As cooperativas	608
2.1 As cooperativas na ordem constitucional	608
2.2 Princípios cooperativistas	611
2.3 Importância social?	613
2.4 Espécies	615
215 Regime jurídico	617

**347.243(81)**  
**D598ag**



2.5.1 Conceitos	618
2.5.2 Características	619
2.5.3 Objetivos	621
2.5.4 Os fundos, a assembléia geral e os atos cooperativos	622
2.5.5 O sistema trabalhista e previdenciário	625
3 As cooperativas nas licitações	627
3.1 O procedimento licitatório	627
3.2 A terceirização de serviços	634
4 O princípio da isonomia	640
5 As correntes doutrinárias	644
6 As correntes jurisprudenciais	647
7 Conclusões	657
Referências	661

## PARTE VIII Contratos Agrários Típicos

### Tópicos Propedêuticos sobre o Contrato de Arrendamento Rural

<i>Lucas Abreu Barroso</i>	669
1 Conceito	669
2 Classificação	669
3 Dirigismo estatal	670
4 Função econômica e social	670
5 Cláusulas obrigatórias	671
6 Cláusulas proibidas	672
7 Disciplinamento jurídico	672
7.1 Prazos	672
7.2 Renovação e prorrogação do contrato — retomada do imóvel	673
7.3 Direito de preferência	673
7.4 Preço	673
7.5 Indenização por benfeitorias e direito de retenção	673
7.6 Obrigações das partes, extinção e despejo	674
8 Arrendamento compulsório	674
Referências	676

### Síntese dos Principais Aspectos Jurídicos das Parcerias Rurais

<i>João Eduardo Lopes Queiroz, Márcia Walquiria Batista dos Santos</i>	677
1 Introdução	677
2 Conceito	680
3 Sujeitos da relação	680
4 Princípios da parceria	680
4.1 Princípio da trienalidade	680
4.2 Princípio da preempção contratual	681
4.3 Princípio da assunção das despesas eventuais pelo parceiro-	

**347.243(81)**

**D598ag**



outorgado	681
4.4 Princípio dos meios mínimos para execução do contrato	681
4.5 Princípio dos requisitos contratuais mínimos	681
4.6 Princípio da aplicação das normas análogas	683
5 Modalidades de parceria	684
6 Formalização do contrato de parceria	684
7 A parceria escalonada	685
8 Principais diferenças entre a parceria e o arrendamento	686
9 Conclusão	690
Índice Remissivo	691

**347.243(81)**  
**D598ag**

